Opinião

PERFIL DO PROFISSIONAL DE SAÚDE PARA ATUAR NAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS: REABILITAR OU REDUZIR OS DANOS?

Francisca Ergovânia Batista de Brito (1)

Que perfil de profissionais de saúde deve atuar na atenção aos usuários de álcool e drogas? Estes profissionais se encontram habilitados e capacitados mentalmente para a prestação de cuidados específicos com estes pacientes? A reabilitação está sendo atuada corretamente e específica para cada usuário de drogas que busca os serviços de saúde? Quais os conhecimentos em políticas sobre drogas vigentes no Brasil pelos profissionais? É quase impossível separar o particular do profissional, com isso percebem-se falhas na seleção desses profissionais em prestação de cuidados dos usuários de drogas ilícitas. Essas perguntas são norteadoras, mais do que meros elementos práticos sobre a problemática em questão é a sua inserção em uma sociedade que se sente quase impotente diante da proporção que cresce em números de consumidores e traficantes de substâncias ilícitas nas ruas. A nova Política Nacional Sobre Drogas abrange uma contextualização no ponto de vista clínico e menos repressivo na abstenção do uso de drogas. O objetivo proposto é ressaltar a relevância da formação técnica do redutor de danos a uma necessidade e por isso o redutor precisa ter uma qualificação articulada à atenção básica.

Políticas públicas sobre drogas no Brasil

A dependência das drogas é transtorno onde predomina a heterogeneidade, já que afeta as pessoas de diferentes maneiras, por diferentes razões, em diferentes contextos e circunstâncias. Muitos consumidores de drogas não compartilham da expectativa e desejo de abstinência dos profissionais de saúde, e abandonam os serviços (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

A droga é "o inimigo público número um do século XXI". Esta foi a frase publicada nos jornais, em 1997/98, durante a visita de Bill Clinton ao Brasil, reafirmada pela direção da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). A política sobre drogas no Brasil é confundida com a Lei. 368/76 durante a ditadura militar em nosso país, 1964. Esta lei, até hoje, regulamenta o uso, a produção e a venda de drogas definidas como ilícitas. Sendo assim, há tempos percebe-se a influência desta política exposta em uma contextualização individualizada do tema prejudicando a sociedade no modelo econômico e social.

Alguns artigos desta Lei são bastante expressivos dessa cultura: relata sobre a participação efetiva do cidadão no combate ao tráfico de drogas ilícitas e que o uso destas substâncias é considerado uma doença para quem consome e um crime hediondo para quem comercializa, sendo assim, não importa a quantidade consumida ou traficada, pois ambos modos de vida causa danos, muitas vezes, irreversíveis a sociedade em termos econômicos e sociais.

Segundo a autora Paulina Duarte:

A política sobre drogas no Brasil começou a ser pensada em 1988. Foi criada a Secretária Nacional Antidrogas (SENAD), e a política ainda buscava a perspectiva de um mundo sem drogas. O que devemos buscar são as melhores formas de prevenção, controle, tratamento às pessoas que precisam e repressão ao tráfico. (DUARTE, P. 2011- p. 20)

Quando falamos em combate às drogas, imaginamos erradicar o tratamento com abstinência e quase sempre esse tratamento é falido, pois os profissionais estão fadados a ignorar o modo de vida do usuário de drogas ilícitas. A questão das drogas na sociedade é muito mais complexo do que simplesmente fazer com que cesse o uso delas. Por isso, é necessário a diversificação de uma política pública precisa e eficaz, precisamos criar alternativas para os que não conseguem abstinência, entretanto o tratamento visando a abstinência é relevante.

Reafirma-se no programa da SENAD, o combate ao tráfico de drogas e comercialização de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência psico-física - abrangendo a Lei 6.368/76. A dependência das drogas ilícitas são expostas como um prejuízo à segurança pública, à soberania dos Estados, uma ameaça a humanidade, identificadas como um mal em si (LEAL, L 2011).

Segundo o Ministério da Saúde, (2001), os Centros de Atenção Psicossociais de álcool e drogados (CAPSad) também podem ter a responsabilidade de organizar a rede local de serviços de atenção a usuários de álcool e drogas de seu território de atuação, a saber:1) Quando são a porta de entrada da rede de atenção a usuários de álcool e drogas, em sua área de atuação; 2) Quando o gestor local indica a unidade para coordenar as atividades de supervisão de serviços de atenção a usuários de drogas; 3) Devem ainda supervisionar e capacitar as equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental, no âmbito de seu território; 4) Devem também manter listagem atualizada dos pacientes que, em sua região de abrangência, utilizem medicamentos para a saúde mental.

O CAPSad tem uma área de abrangência limitada, com a finalidade de ofertar atendimento à comunidade, oferecendo atividades preventivas, terapêuticas e inserção social. Os usuários de drogas que se utiliza destes serviços podem não chegar à abstinência, mas amenizar os danos causados pelas substâncias e ter uma qualidade de vida com atividades físicas, se alimentar, trabalhar e até mesmo estudar amenizando os efeitos maléficos.

Profissionais de Saúde em reabilitação de dependentes químicos

Toda essa explanação sobre políticas públicas nos vem o debate sobre o profissional apto a desenvolver um trabalho enriquecedor e específico para cada usuários de drogas. Para isso, faz necessário a qualificação do

profissional de saúde em uma segunda formação em Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos. Essa formação, segundo o catálogo que segue, aborda elementos como: direitos humanos e legislação, bases bioquímicas, psicopatologias, redução de danos e inserção social, assim, com aptidão a atuar em situações emergenciais de intoxicações e abstinências.

Entretanto, este curso não está sendo ofertado em nenhuma instituição no Brasil, pois alegam ser um curso de custos altos e não possuírem recursos financeiros e não há uma procura continua da qualificação em Técnicos em Reabilitação de Dependentes Químicos.

Defendemos a atuação de um profissional que esteja mais atentos às novas políticas sobre drogas, reduzindo os danos a sociedade, com uma prática semelhante ao Agente Comunitário de Saúde (ACS). Portanto, com uma disposição de um acompanhamento domiciliar, já que não há, no momento, uma formação regulamentada e específica de redução dos danos econômico e social causados pelas drogas ilícitas. Abaixo o catálogo Nacional de Cursos Técnicos: ambiente, saúde e segurança:

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
* Direitos humanos e legisla-ção	* Centros de atenção psicos-social	* Biblioteca com acervo espe-cífico
* Bases bioquímicas e	* Serviços de referên-cia	e atualizado
neuroquímicas da dependên-cia	em saúde mental	* Laboratório de pri-
química	* Unidades básicas de	meiros socorros
* Psicopatologias	saúde	* Laboratório de infor-
* Redução de danos e	* Comunidades tera-	mática com programas espe-cíficos
reinserção social	pêuticas	* Laboratório didáti-co:
		unidades de saúde mental

Fonte: http://catalogonct.mec.gov.br/index.php: acessado: 21/04/2011 ás 15h57min PM.

Este catálogo aborda vários temas e possibilidades de atuação, participando no desenvolvimento e monitoramento de programas assistenciais na redução de danos causados por estas substâncias entorpecentes. A deficiência de técnicos qualificados se inicia na própria formação acadêmica, ou mesmo afirmar, ausência de formação.

Enfermeiros, psicólogos, médicos, assistentes sociais e pessoal de apoio na área de saúde, tendem em algum momento a trabalhar com usuários de substâncias entorpecentes. É nessa hora que percebemos a falta de qualificação técnica a desempenhar em profissionais que saem das universidades sem uma preparação específica nesta área de saúde mental, visto que o tema proposto é comum, freqüente e de um teor relevante na sociedade.

Os médicos são formados para tratar as consequências fisiológicas das dependências, sem uma visão holística da doença. A visão holística das situações são mais vivenciadas pelos enfermeiros, mas com a mesma deficiência das demais categorias profissionais. Em psicólogos ou assistentes sociais existe uma grade curricular quase sem opções em saúde mental e que trata uma disciplina em todo o curso, caso exista, é com mínima carga

horária que não despertam o interesse dos acadêmicos, visto que estão em um período frenético para acúmulos de créditos no final da graduação.

O que contribui para a ausência ou deficiência de formação de profissionais para lidar com usuários de álcool e outras drogas é a falta da obrigatoriedade no ensino superior dos profissionais de saúde. Se o graduando se interessar pelo tema terá que buscar cursos extracurriculares ofertados por instituições especializadas no tratamento de substâncias entorpecentes e com isso contribuir para a saúde econômica e social da sociedade.

Considerações finais

A resposta repressiva ainda faz parte da Política de drogas no Brasil. Essa resposta amplificada é pragmática na proposta de redução de danos e talvez encontre explicação na urgência de prevenção do HIV/AIDS dentre outras doenças, pois essas políticas requer revisão prioritária e eficazes. Não é só a questão do uso de drogas, mas o que o usuário pode adquirir e consequentemente transmitir outras enfermidades por estar vulneráveis a novos danos.

Medidas sociais preventivas dos "ganhos fáceis" não está abrangido pelo programa Antidrogas da política do governo. Portanto, o combate ao tráfico de varejo é o alvo pretendido com uma redução favorável a minimizar a circulação de entorpecentes.

A dependência como um processo complexo, que envolve alterações neurofisiológicas, componentes psicológicos e também sociais (VOMERO, 2001). Desta forma, dificultando mas não impossibilitando a reabilitação e inserção na sociedade do usuário de drogas.

Quanto ao perfil do profissional qualificado em lhe dar com esses cuidados: deveriam passar por uma política mais rígida em saúde mental. Que esses profissionais (médicos, psicólogos, enfermeiros, assistente social) fossem avaliados o seu psicossocial antes de lhe dar com esta problemática das drogas em serviços de saúde.

A opinião pública deve ser despertada para as mudanças ocorridas na sociedade pelo tráfico de drogas e usuários, assim, há uma necessidade de uma revisão imediata dos currículos de graduação em saúde, portanto, a política vigente possa formular uma grade curricular mais abrangente na área da saúde mental e de tratamentos com dependentes químicos.

Defendemos uma política que articule uma proposta de prevenção abrangente, preservadora dos direitos humanos e dentro da realidade, proporcionando cuidados aos usuários de drogas e minimizando os prejuízos a saúde, promovendo a inserção dos dependentes na sociedade e que motive empresários da comunidade de forma a proporcionar alternativas de vida e a evitar deixá-los entregues ao tráfico como forma de subsistência em uma vida desumana e a mercê da própria sorte.

Referências

ALMEIDA DE FIGUEIREDO, N. M. - **Método e metodologia na Pesquisa científica.** 3. Ed. Cap.5, p73-117, agosto 2009.

- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório do seminário sobre o atendimento aos usuários de álcool e outras drogas na rede do SUS**. Caderno de Textos de Apoio da III Conferência Nacional de Saúde Mental. MS, Brasília, 2001
- DUARTE, P. **Reabilitar ou reduzir danos?** Revista Poli saúde, educação, trabalho. Ano III, no. 16-mar/abr.2011, p.20.
- LEAL, L. **Reabilitar ou reduzir danos?** Revista Poli saúde, educação, trabalho. Ano III, no. 16- mar/abr.2011, p.20-21
- VOMERO, M. F. Independência ou morte. Superinteressante, São Paulo, ano 15, n. 3, p. 51-55, mar. 2001

Sobre a autora:

(1) Francisca Ergovânia Batista de Brito é Bacharel em Administração de Empresa pela Faculdade Dr. Leão Sampaio em Juazeiro do Norte – CE. Enfermeira pela mesma instituição. Especialista em Adm. Hospitalar pela (URCA). Especializanda em Políticas Públicas em Saúde Coletiva (URCA). Técnica em Segurança e Saúde no Trabalho-SST (IBTF-Instituto Brasileiro de Educação e Tecnologia de Formação). Especializanda em Enfermagem do Trabalho (UVA). E-mail: ergovaniabrito@hotmail.com

Como citar este artigo (Formato ISO):

BRITO, F.E.B. Perfil do profissional de saúde para atuar nas políticas sobre drogas: reabilitar ou reduzir os danos?. **Id on Line Revista de Psicologia**, Julho de 2011, vol.1, n.14, p.09-13. ISSN 1981-1189.